

O ressurgimento das greves operárias no ABC Paulista e o ardil do politicismo da autocracia burguesa bonapartista (1978-85)*

*Antonio Rago Filho***

Resumo:

Ante a crise que envolve o sociometabolismo do capital, o desemprego massivo e a miserabilidade generalizada, há que refletir sobre a história dos vencidos, seus embates e resistências, possibilidades e perspectivas. Nosso trabalho se propõe a tematizar a entrada dos trabalhadores na cena histórica, em finais dos anos 1970 e princípios dos anos 1980, na região do ABC paulista, valendo-se da arma da greve, a luta meramente reivindicatória convertida num explosivo, isto porque feria a apropriação dual da mais-valia e os pilares da acumulação monopolista subordinada ao imperialismo. Luta econômica e política, embates práticos a unir enormes massas de trabalhadores que transgrediam os marcos da estrutura jurídico-política repressiva da autocracia burguesa bonapartista. A luta pelos valores formais da democracia, aludida pela oposição burguesa, em especial a parlamentar (PMDB) e a esquerda “eurocomunista”, alinhada no Partido Comunista Brasileiro (PCB), confluía com os desígnios do projeto de autorreforma da ditadura em seu ardil politicista para consumir a “distensão democrática” pelo alto. A irrupção das greves operárias se verifica no bojo da crise do chamado “milagre econômico brasileiro”, e por sua efetivação concreta estas batiam de frente com os limites impostos às reivindicações econômicas da classe trabalhadora. Frustradas as massas trabalhadoras em suas representações políticas, a necessidade de uma ferramenta política era vital para que elas fizessem valer as suas reivindicações e mudassem o mando bonapartista e, numa movimentação social, romper a lógica perversa da plataforma econômica assentada na superexploração da força de trabalho; de outra parte, este historicamente novo se apresentava *um novo com traços problemáticos*. As formas organizativas que brotaram desse movimento grevista – como comissões de fábrica, comissões intersindicais, a própria Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (I Conclat), gerada em 1981, disputada e cindida entre reformistas da Unidade Sindical e os sindicalistas do “Novo Sindicalismo” – foram de extrema importância para a discussão programática e a necessidade de uma central única de trabalhadores que permitisse unificar as várias frações e segmentos do trabalho. O PT, criado em 1980, conjugando várias tendências, opondo-se ao marxismo, já nascia vertebrado pela ideologia social-democrática de Francisco C. Weffort e José Álvaro Moisés, entre outros, e as posições dos influentes teólogos da libertação, como Frei Betto e Leonardo Boff. A “nova esquerda” acabou por soterrar a necessidade do pensamento crítico-revolucionário e a teleologia da emancipação humana, renunciando, com isso, à “independência ideológica” e, portanto, a qualquer perspectiva alternativa que pudesse emplacar uma transição parametrada pela lógica onímoda do trabalho.

Palavras-chave:

Greves Operárias; Ardil do Politicismo; Bonapartismo; Autocracia Burguesa; Ditadura Militar Brasileira.

* Texto apresentado na XII Jornadas Interescuelas, promovida pelo Departamento de Historia da Universidade de Bariloche, Argentina.

** Prof. Dr. do Programa de Estudos Pós-Graduados em História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e do Centro Universitário Fundação Santo André (Cufsa).

The resurrection of workers' strikes in the Paulista ABC and the ruse of politicism from the bonapartist bourgeois autocracy (1978-85)

Abstract:

In face of the crisis that involves the social-metabolism of capital, the massive unemployment and the generalized poverty, it is inevitable to think about the history of the defeated, their struggles and resistances, possibilities and perspectives. Our work focuses on the entrance of laborers in historical scene between late 1970s and early 1980s in the Paulista ABC region. They made use of strike as a way of fighting for their demands and converted it into an explosive weapon since it harmed the dual appropriation of surplus-value and the pillars of the monopolist accumulation subordinated to imperialism. An economical struggle and a political fight, these practical confrontations assembled a huge number of workers who transgressed the milestones of the political and legal repressive structure of the bonapartist bourgeois autocracy. The fight for formal democracy values, mentioned by the bourgeois opposition, especially the parliamentary one (PMDB) and the "eurocommunist" left-wing, represented by the Brazilian Communist Party (PCB), was useful for the purposes of self-reformation of the dictatorship, that means, for its political stratagem to accomplish the "democratic distension" from the top. The irruption of laboring classes' strikes happens as a result of the crisis of the so-called "Brazilian economical miracle" and their concrete effectiveness stroke against the limits imposed to the workers' economical claims. Frustrated in its political representation, the laborer mass had vital need of a political tool to assert their claims and to change the bonapartist command, so to, in a social moving, disrupt the perverse logic of the economical platform, based on the over-exploitation of labor force. On the other hand, this historically new event was regarded as a new fact with problematic traits. The organizational features that arouse from this striking movement – like plant committees, inter-union committees, the National Conference of Labor Force, I Conclat itself, created in 1981, disputed and split among reformists of the Syndical Unity and the socialists of the "New Syndicalism" – were of extreme importance for the programatic discussion and need of a Central Única dos Trabalhadores (Unique Laborers' Central), which was able to unite the various fractions and segments of work. The PT (Laborers' Party), created in 1980 conjoined various tendencies in opposition to Marxism. It was already born under influence of the social-democratic ideology of Francisco Weffort and José Álvaro Moisés, among others, and of the liberation theologians as Frei Betto and Leonardo Boff. The new "left-wing" got to bury the need of a critical-revolutionary thought and the teleology of human emancipation, giving up thus the "ideological independence" and any alternative perspective that could be successful in a transition centered on the omnimodous logic of work.

Key words:

Bonapartism; Bourgeois Autocracy; Brazilian Democracy; Workers Movement.

Em sua trincheira exercida nos editoriais da *Revista Ensaio*, J. Chasin especificou a determinação social, necessidade e finalidade do fenômeno do *ardil do politicismo* na história brasileira, transformado em arma consciente da burguesia autocrática e instrumento manipulatório dos gestores do capital atrofico, ao conduzirem as oposições para o campo de sua própria autorreforma política, deixando intocada a estrutura econômica subordinada, a anatomia da sociedade, a forma particular da organização produtiva baseada na superexploração da força de trabalho. A eficácia do *ardil do politicismo* se fez valer precisamente na desmontagem da ditadura militar, quando o movimento operário ocupava as praças públicas, disseminando greves e mobilizações no espaço nacional, ferindo a lógica específica da dominação burguesa no Brasil e a forma particular de sua economia subordinada ao imperialismo.

Respeitadas as circunstâncias históricas atuais – marcadas pelo prolongamento da utilidade histórica do capital e pelo colapso das sociedades pós-revolucionárias –, a carência de subjetividade revolucionária organizada e a propositura da democracia como valor universal reinante nas esquerdas desnatura ontologicamente o peso determinativo da anatomia da sociedade, separando e tomando a política como esfera central e decisiva, em sua determinação ontopositiva, vislumbrando de modo permanente o aperfeiçoamento positivo do poder político. Esquece-se, assim, de que o politicismo é intrínseco à ordem do capital. A emancipação humana geral, ao revés, desfaz a política que se assenta nas contradições sociais do metabolismo social regido pela propriedade privada, portanto, exige uma perspectiva metapolítica, uma nova forma social para além do capital.

No plano da ideologia, há que ter claro que até em sua razão manipulatória a burguesia brasileira expressa o seu caráter particular limitado, em conformidade com sua gênese histórica, despossuída de elementos revolucionários ingênitos; dada a sua incompletude social, ela antevê as benesses da acumulação ampliada de modo associado e subordinado ao imperialismo sem a participação das massas nos processos políticos decisórios. Em nossa particularidade histórica, respeitadas suas especificidades, engendra-se uma potência política concentrada e autonomizada que cumpre as funções ditatoriais autocráticas necessárias à expansão do capital. Daí a necessidade da violência, mesmo que pelo engenho retórico da “restauração da democracia”, da recorrência ao autocratismo burguês¹.

1 Assim que tomaram de assalto ao poder, os gestores do capital atrofico se apresentaram como uma roupagem inteiramente invertida. Chegaram mesmo a se glorificar como demiurgos da nação e sinalizaram a restauração da democracia. Malbaratavam o que praticavam, como estratégia bonapartista, censurando a imprensa e os livros pelo uso da palavra “ditadura” e pela veiculação de seus atos espúrios; vigiando o teatro e o cinema, esmagavam a cultura nacional, mas prometiam, com sua inteligência manipuladora, a retomada da “democracia”. Os elementos decisivos que efetivamente uniam as facções do autocratismo – os castelistas e os duristas – eram o anticomunismo, a meta de extermínio da esquerda armada e a defesa da ordem societária centrada na propriedade privada.

Após 45 anos do golpe de estado de 1964 e quase um lustro da transição pelo alto em 1985 – a autorreforma da autocracia burguesa bonapartista para sua própria institucionalização e defesa do genocídio praticado –, uma das vertentes ideológicas que tentam manter sua hegemonia é a da visão conservadora, segundo a qual, naquela época, havia um “golpe de esquerda” em marcha e houve a necessidade de um autêntico “contragolpe” como revide à “república sindical”. No fundo, esta interpretação política não é nada inocente, pois nasce comprometida com a ideologia dos vencedores: ante uma sociedade cindida, vislumbram uma única saída oriunda de uma necessidade histórica que visava a refrear a “algaravia” das massas e o “caos e anarquia” implantados pelo governo “populista” de João Goulart. Visão esta “salvacionista”, que intentava desfechar pelo alto, de modo “providencial”, outro “regime autoritário”. Esta visão ficou sacramentada com a obra do jornalista Elio Gaspari que, apologeticamente, sustenta que “Havia dois golpes em marcha. O de Jango viria amparado no ‘dispositivo militar’ e nas bases sindicais, que cairiam sobre o Congresso, obrigando-o a aprovar um pacote de reformas e a mudança das regras do jogo da sucessão presidencial” (Gaspari, 2002, p. 51).

Concernente ao processo de autorreforma, na passagem do bonapartismo para a institucionalização da autocracia burguesa, atribui-se a “conquista da democracia” exclusivamente às iniciativas políticas de Geisel e Golbery do Couto e Silva, elidindo-se por completo o papel das classes sociais, as contradições sociais imanentes da produção e reprodução da vida material, da crise e colapso do “milagre econômico” e o esfacelamento das bases sociais da ditadura militar, a principiar com as dissensões burguesas.

Nada se diz sobre a atuação e resistência das classes subalternas, em especial ao ressurgimento das greves operárias em fins da década de 1970, com as massas ocupando espaços públicos. Apequenando as possibilidades inscritas na luta contra a ditadura militar, retém-se apenas a ação singular e personalizada que encetou a “dissentão democrática” como obra projetada por Geisel e completada por Figueiredo, que inibiram uma possível guerra civil, ao alijarem o “núcleo duro” dos militares. E, pior ainda, elevando à posição de destaque a triste figura de J. Sarney e a “República dos Cruzados”. Com isso, embaralham-se as diferenças históricas entre categorias sociais com posições antagônicas, portanto, com projetos e estratégias cujas respostas às alternativas concretas postas no evoluer histórico não se equivalem; subsumidas ao ardil do politicismo, verga-se ao “determinismo” de mão única sob a égide dos vencedores: a história sempre se move pelo alto.

O golpe de estado de 1964, em verdade, veio como contrapartida ao que poderia vir a ser uma nova ordem societária que, sob a forma de uma república democrática,

colocaria os setores populares na vida pública, incorporadas ao mercado interno por meio de um conjunto de reformas estruturais, a começar pela reforma agrária, assim como desencadearia o processo de nacionalização dos setores estratégicos de nossa economia e impor o controle da remessa de lucros que ameaçavam as empresas estrangeiras. Diante da crescente participação do movimento popular, trabalhadores da cidade e do campo, utilizando-se de greves e ocupações de terra, das manifestações político-culturais dos artistas e estudantes, de reivindicações dos servidores públicos, como os próprios militares, a direita organizou-se e, com isso, recrudesceram suas posições extremistas.

Nessa quadra histórica delimitada pelos andaimes da guerra fria, a intervenção norte-americana se punha de prontidão. Com sua estratégia militar em ação, a administração Kennedy (e, com o assassinato deste, a de Lyndon Johnson) aprofundava a assistência militar às Forças Armadas das Américas Central e Latina, sob os auspícios dos *war colleges* norte-americanos, a fim de que elas se unissem numa “ação cívica”, para garantir sua “segurança interna”, num combate sem tréguas à “subversão inspirada pelo castro-comunismo”, objetivando “contribuir para a defesa coletiva de acordo com suas capacidades e promover o desenvolvimento econômico e social” (Bandeira, 1995, p. 139). Em nossa realidade, a Central Intelligence Agency (CIA) agia ora na formação de quadros para o combate às agitações operárias, camponesas e estudantis, ora no preparo de uma intervenção direta, com sua estrutura bélica e forças militares, caso houvesse insurreição popular, ou mesmo, de modo mais simples, despejando recursos financeiros, sem passar pelas vistas públicas legais, para os governadores comprometidos com o combate ao comunismo, “capazes de sustentar a democracia”.

Dessa maneira, o golpe de estado de 1964 alinhou todas as frações monopolistas e segmentos médios que temiam a ameaça comunista, a explosão popular, o movimento operário-sindical, a quebra da disciplina e hierarquia militar, e a suposta falta de comando do presidente da República, João Goulart. Esta comunidade de proprietários e defensores da ordem, com seus dispositivos e instituições, com seus “verdadeiros partidos da ordem”, a Igreja e o Exército, a pleno vapor, amparados pelo imperialismo norte-americano, disseminaram a ideologia do anticomunismo e, nos conflitos e disputas da *guerra fria*, o risco de o país cair nas malhas do “comunismo soviético”. Haja vista a Revolução Cubana, tão vívida e tão próxima. Por esta razão, o temor explicitado: se o Brasil passasse por uma revolução, toda a América Latina o acompanharia.

Após a “Operação Limpeza”, que em três meses aprisionou cerca de 50 mil pessoas, criando o Serviço Nacional de Informações (SNI) concebido e implemen-

tado pelo general Golbery, a ditadura militar golpeou as organizações de esquerda, as associações sindicais e operárias, a Liga Camponesa, que irradiava a sua ação de ocupação de terra em várias regiões do país, e a ação estudantil, que se desdobrava em práticas sociais, para além da qualidade de ensino, como a elevação da consciência política por meio de peças teatrais e músicas engajadas.

Em 28 de março de 1968, a morte do estudante secundarista Edson Luiz de Lima Souto no restaurante Calabouço, no Rio de Janeiro – desfecho trágico resultante da ação de soldados da PM que atiraram contra 2 mil estudantes – gerou profunda indignação e desencadeou forte resistência popular, originando a Passeata dos Cem Mil. Duas grandes greves irromperam nesse ano. Em abril, mais de 15 mil operários paralisaram suas atividades. A radicalização se estendeu ao enfrentamento entre hostes do Comando de Caça aos Comunistas (CCC) e do Movimento Anticomunista (MAC) contra os estudantes de esquerda sediados no prédio da Universidade de São Paulo (USP), à rua Maria Antonia. Houve a prisão de 739 estudantes que realizavam na clandestinidade o congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE). Em 1968, com as greves operárias, e em que pese às tentativas de reorganização dos estudantes e de setores radicalizados de esquerda, as facções bonapartistas, ambicionando a ampliação do controle social sobre a sociedade civil, em especial a resistência armada, promoveram o *golpe dentro do golpe*, desnudando-se por inteiro de sua propalada “restauração democrática”. Os gestores do capital atrofico escancaram as medidas ditatoriais baixando o Ato Institucional n.º 5, em 13 de dezembro de 1968. Ao justificar a violência do *terror oficial*, as concepções cínicas do coronel Jarbas Passarinho não deixavam dúvida alguma quanto à necessidade do terrorismo aberto: “Já não restava a possibilidade de aplicar remédios constitucionais, como o estado de sítio, então julgado insuficiente e incapaz de neutralizar a escalada da guerrilha e do terrorismo” (Passarinho, 1996, p. 308).

Com o AI-5, o bonapartismo se intensificou, refazendo sua estrutura jurídica para efetivar atos políticos repressivos, inibindo as ações do judiciário e do legislativo, impondo o recesso parlamentar, fechando Assembléias, demitindo, removendo, aposentando, intervindo em várias organizações de classe. O executivo se fortalecia com o poder de legislar em todas as matérias, intervindo nos estados e municípios, sem as restrições previstas na Constituição. Suspendia os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de dez anos, assim como cassava mandatos eletivos em qualquer esfera da federação.

No primeiro dia de julho de 1969 era criada a Operação Bandeirantes (Oban), que foi um aparato repressivo que visava, por meio de práticas de tortura, ao extermínio dos grupos de esquerda que atuavam na guerrilha e na organização popular.

“Há fortes indícios de que a Oban foi criada com ajuda ou orientação norte-americana. (...) A Oban era uma organização que contava com apoio oficial, mas não estava prevista nem normatizada por nenhum diploma legal da época. Porém, teve importância muito grande para a consolidação do projeto de estruturação do sistema de segurança” (Fico, 2001, pp. 115-6). Estas práticas, negadas nos discursos oficiais dos gestores do capital atrofico, configuraram o terrorismo oficial que fortalecia ainda mais os instrumentos do terror, visando a extrair confissões por meio dos interrogatórios e extermínios.

A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), a central dos proprietários, que congregava os interesses do capital estrangeiro e da burguesia associada, combatia qualquer forma de organização operária no próprio local de trabalho. O controle e vigilância operários eram objetivados de várias formas. A Fiesp considerava “a figura do delegado sindical inoportuna”. Os preconceitos e ignorância dos “intelectuais orgânicos” do capital eram gigantescos. A radicalidade direitista do delegado regional do Trabalho, Vinícius Ferraz Torres, é explícita:

O comunismo é um cachorro morto, enquanto para muitos, no Ocidente, ele é ainda um leão vivo (...). Pois bem, os delegados sindicais com estabilidade, os “soviets caboclos”, também são cães mortos. Oportunamente vamos nos estender sobre o assunto, procurando mostrar toda a trajetória dos “soviets” de trabalhadores (assembléias que tudo podem e tudo decidem), os “soviets” de camponeses, os “soviets” de soldados e os “soviets” mistos, tudo lá na pátria de Lenin e Stalin. Contaremos também como os mesmos “soviets” foram esmagados, assim que a “nova classe” chegou ao poder. (...) E mais, os delegados sindicais com estabilidade são pura e simplesmente outra e mais rápida forma de se comprar “corda para se enforçar”, e, inclusive, para enforçar, para garrotear o regime de livre empresa, de livre iniciativa que é, além de uma opção histórica, marcado com traços fortes pela nacionalidade (...), também um mandamento constitucional (*apud* Pedreira Filho, 1997, pp. 130-1).

O problema residia em definir essa *tutagem armada e repressiva* sempre mascarada com a falsa representatividade das “aspirações do povo”, cuja índole “passiva” se constituía em essência da “democracia brasileira”. Esta estratégia do capital, em verdade, residia na erradicação brutal de qualquer resistência e movimento que ameaçassem o seu poder autocrático, uma vez que com um afrouxamento e tolerância da vigilância e controle, “os subversivos haviam de querer mais e mais e acabariam tomando conta do poder. Porque o outro lado tinha um objetivo determinado. Grande parte era realmente da esquerda comunista. Quer dizer, eles tinham uma ideologia e não parariam enquanto não conseguissem implantá-la”, como se expressava o general Ernesto Geisel (*apud* D’Araújo; Castro, 1997, p. 215).

Em suma, os militares e o “sistema”, os novos demiurgos em defesa dos valores da civilização ocidental e seu manifesto anticomunismo, acreditavam ter os poderes

de controle social, não só da modernização econômica pela ação estatal, mas, sobretudo, da movimentação das classes trabalhadoras em especial, camadas sociais subalternas, dos agrupamentos oposicionistas, dos parlamentares, dos processos eleitorais, da elaboração de uma ordem jurídica segundo os “ideais revolucionários”, da esquerda comunista, dos costumes culturais e da seleção da produção artística, que nada possuíam de “revolucionário”, ao contrário, rigorosamente reacionários, supunham controlar os rumos da nação alçando-a a condição de país soberano e desenvolvido. Este acabamento seria buscado por meio de vontade política e competência tecnológica e administrativa, em sua plena integração ao sistema internacional. Como ironizou Oliveiros Ferreira, o sonho golberiano contemplava a plenitude do *primeiro mundo*, o sonho de *grande potência*. O Brasil suposto como umbigo do mundo (Ferreira, 1981).

A tragédia do destino histórico da classe dos proprietários em nosso país é o que tipifica a nossa modernização excludente e sua irmã siamesa, a violência estrutural. Com os desdobramentos das determinantes estruturais do capital em nossa formação histórica, consubstanciou-se um tipo de capital atrofico, subordinado e induzido de fora, cuja lógica concreta configura o exercício do poder sob o molde do *autocratismo burguês*, reproduzindo permanentemente a sua condição de subalternidade.

É sabido que os arautos da política econômica da autocracia burguesa deram forma a uma fórmula efetivamente *mágica*, para o capital, a fórmula do arrocho salarial: quanto mais se intensificava o ritmo e prolongamento da jornada de trabalho e os mecanismos de exploração, o reajuste salarial imprimia um menor percebimento da parte dos trabalhadores. Em sua política salarial, a viga mestra da economia política, os índices eram fixados *anualmente* pelo próprio governo e não se concediam aumentos salariais; com uma *matemática perfeita* se chegava ao absurdo: quanto mais os índices do custo de vida subiam, menor era o índice dos reajustes salariais, portanto, menos dinheiro ia para o bolso do trabalhador. Por esta razão, as lutas sindicais, quando irromperam, dirigiram-se permanentemente contra esta forma de exploração, além de romper na prática com as “leis revolucionárias”, com o cerceamento à própria atuação de classe, na busca da *recomposição salarial*, ano após ano.

O ressurgimento do movimento operário

Com a entrada dos trabalhadores na cena histórica, em finais dos anos 1970 e princípios dos anos 1980, na região paulista do ABC, valendo-se da arma da greve, ato que *por si* mesmo se convertia numa *vitória*, a luta meramente reivindicatória agia como um explosivo. Isto porque se transformava em arma política, uma vez que feria os pilares da acumulação monopolista subordinada, a política salarial, a política

de superexploração da força de trabalho. Com este ato prático, a classe operária transgredia os marcos da estrutura jurídico-política repressiva da autocracia burguesa. A luta pelos valores formais da democracia, aludida pela oposição, em especial a parlamentar e a “eurocomunista”, ganhava conteúdos concretos. Mais ainda, a movimentação do novo agente social transformava-se em parâmetro para outras categorias do trabalho, e o recurso da greve se alastrava a vários rincões do País.

Em 12 de maio de 1978, na Saab-Scania, ressurgia e a criatividade das greves operárias demonstrada pelo movimento espontâneo, *não espontaneísta*, a ludibriar a própria segurança interna das fábricas e a repressão do autocratismo burguês. A classe trabalhadora ali, no pé da máquina, estancava a produção com seus braços cruzados. Como reprimir homens e mulheres que entraram silenciosamente e se dispuseram a marcar o ponto e não rodar os meios de produção por sua atividade pura e simples? Esta retomada que não surgiu do vazio, pois o próprio Sindicato dos Metalúrgicos já denunciava a fórmula do arrocho salarial, e, mais ainda, a falsificação dos índices que aprofundavam a corrosão dos salários em 34,1%, fraude atestada pelo Banco Mundial, revelada pelo jornalista Paulo Francis e pelo parlamentar Eduardo Suplicy. A classe operária se utilizava, nesse processo, de várias formas organizativas de mobilização e conscientização, como grupo de comando, comissões de fábrica, produção de panfletos, contatos interfábricas; daí, um passo a diante, a multiplicação das greves por fábricas.

Nessa irrupção, as comissões de fábrica e grupos de base foram decisivos no protagonismo da classe trabalhadora. Estes setores combativos potencializaram a ação sindical, dando nova feição ao sindicato atrelado ao estado, tornando-o um instrumento organizador e de combate. A burocracia sindical que foi apeada ao poder pelas intervenções da ditadura militar, mas também produto corrompido por esta estrutura atrelada, tentou minar essa nova germinação classista. Mas também os “autênticos” do novo sindicalismo se mostraram reticentes e obtusos ante essas comissões de fábrica.

Ora, precisamente, como um presente à posse do general João Baptista Figueiredo – o militar que declarava “fazer a democracia”, mesmo prendendo e arrebatando quem o contrariasse (Reis Filho, 2000, p. 70)², a fim de consumir o trânsito pelo alto, mais uma vez, no dia 13 de março de 1979, o movimento operário-sindical se manifestava, irradiando o processo grevista pelas principais fábricas do ABC, criando comissões salariais, que se articulavam com as direções sindicais, que acaba-

2 O general e seus consortes conseguiram manobrar e conciliar no caso da Lei da Anistia. Segundo Daniel Aarão Reis: “Os partidários da ditadura responderam à altura, retomando o discurso da polícia política e reconstruindo as ações armadas praticadas como uma autêntica *guerra revolucionária*, na qual as próprias esquerdas revolucionárias, em certo momento, acreditaram. Com base nessa tese (‘se houve uma *guerra*, os dois lados devem ser considerados’), foi possível introduzir na Lei da Anistia dispositivos que garantiram a estranha figura da *anistia recíproca*, em que os torturadores foram anistiados com os torturados” (Reis Filho, 2000, p. 70).

ram por imprimir a prática cotidiana de assembléias plebiscitárias com milhares de trabalhadores.

Nessa movimentação da resistência operária assistia-se à passagem do ressurgimento para a afirmação do operariado, “consubstanciando um salto qualitativo: o da passagem da fase de resistência democrática, que caracteriza todo o período anterior de maio de 78, para a fase do movimento democrático de massas propriamente dito” (Chasin, 2000a, p. 223). Se, de um lado, o movimento liderado pelo Sindicato dos Metalúrgicos revelava enorme capacidade de liderança e articulação – com a combatividade extraída de suas bases, com a consulta e deliberação democrática, com o estímulo à criação e organização de comissões de fábricas –, de outro, o refluxo do movimento sindical, com as prisões de suas principais lideranças e em que pese à resistência redobrada, não conseguiu o alargamento social e político das greves. Uma das debilidades do movimento grevista foi a de não buscar a unificação dos vários setores do trabalho que tinham em comum a superexploração e degradação de suas condições de vida. Com o refluxo, a ofensividade do capital pôde desarticular uma possível equação programática que apontasse para a raiz das mazelas sociais. Por esta razão, “a transição consistiu na autorreforma da dominação política discricionária, em razão e benefício de seu fundamento – a perversa sociedade civil do capital inconcluso e subordinado, arremetida ao sufoco de uma grave crise de acumulação.” (Chasin, 2000b, p. 223)

Como enfatiza Ricardo Antunes: “Ao contrário da experiência de 1978, e de modo similar à de 1979, a paralisação de 1980 assumiu a feição de uma *greve geral metalúrgica*. A reivindicação de um índice de produtividade além do limite oferecido pelo patronato, a luta pela estabilidade, pela redução da jornada de trabalho, pelo avanço da organização sindical na fábrica e contra o despotismo fabril, constituíram-se em pontos de confronto a partir dos quais o proletariado metalúrgico objetivava avançar em suas reivindicações e conquistas, o que confere à ação operária a dimensão de *greve ofensiva*” (Antunes, 1988, p. 88).

Há que recordar que na história do movimento operário há poucos casos em que um setor da classe operária, os metalúrgicos, pôde reunir mais de 60 mil trabalhadores numa assembléia sindical. A demonstração cabal dessa capacidade de luta seria uma constante nas greves dos metalúrgicos que se soergueram contra a miserável condição a que estava relegada a classe operária por conta da exploração de suas energias vitais e o baixo padrão de vida material. A coerção do capital sobre o trabalho se impunha consoante a lógica perversa da reprodução ampliada do capital, vampirização a consumir a apropriação dual da mais-valia pelos capitais internacionais e os seus parceiros nacionais.

O ponto decisivo a ser registrado reside na circunstância em que as greves se nutriram. Reemergiram, pois, no bojo da crise do “milagre econômico brasileiro”, e por sua efetivação concreta batiam de frente com o pilar fundante da política econômica da ditadura, com os limites estabelecidos pelo domínio autocrático dos proprietários e ancorados numa legislação repressiva; desse modo, o simples pôr-se em marcha as faziam greves imediatamente políticas. A reação dos possuidores foi imediata, buscando inibir e cercear o alargamento das greves e de possíveis conquistas da classe operária, com o reforço da vigilância e policiamento interno nas fábricas à cata de lideranças, as inevitáveis demissões e açoitamentos, como panfletos de intimidação a quem aderisse a novas agitações e paralisações.

A intervenção era iminente. Na noite de 23 de março (1979), ela foi decretada nos três sindicatos operários do ABC paulista. Intensificou-se o confronto com o aparato repressivo do estado. Era um momento novo na contextualidade da greve geral, onde sua *pujança* e suas *lacunas* transpareciam de maneira límpida. E, para a massa operária do ABC, começava-se a desvendar o invólucro místico do estado “representante da sociedade” e transparecia seu vínculo indissolúvel com as classes dominantes (em particular, com o patronato ligado à indústria automobilística) (Antunes, 1988, pp. 47-8).

O novo confronto que se avizinhava encontraria o poder do capital recomposto para minar a ofensividade do trabalho. Do lado das oposições parlamentares e do pequeno partido comunista de talhe “eurocomunista”, tratava-se de fazer avançar as negociações com os patrões e desativar o movimento grevista. Investiam no próprio organograma da transição tutelada. As greves agudizariam as tensões e adiariam as reformas constitucionais. O novo sindicalismo, ancorado nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), ao contrário, se pôs em marcha. A Teologia da Libertação, em especial, com a divulgação das obras de Frei Betto e Leonardo Boff, ganham amplitude social.

No ano de 1980, foram 41 dias de resistência. O Comando de Greve e a Comissão de Salários e Mobilização se desdobravam pelas fábricas e bairros operários. O Fundo de Greve atuava de modo vigoroso, amparando e reforçando o movimento para sua continuidade. Começaram as demissões em massa. Os sindicatos de São Bernardo do Campo e Santo André sofreram intervenções. Suas lideranças foram cassadas. Sem o aparato do sindicato, as massas se reuniam no Paço Municipal de São Bernardo e, com o cerco repressivo, na própria Igreja Matriz. Com a agudização das lutas de classes, a insuficiência das práticas solidárias e parlamentares, “a derrota daquele movimento grevista não seria exclusivamente uma derrota dos metalúrgicos do ABC, mas de toda classe operária em sua luta contra a base de sustentação da política econômica do poder ditatorial, contra o arrocho salarial e contra a superexploração do trabalho” (Antunes, 1988, p. 76). Além disso, elemento vital para a

continuidade do movimento, “para além da resistência e organização, era preciso também buscar a solidariedade concreta e efetiva, não só material mas política, através da ampliação da base social da greve junto a outras categorias operárias, metalúrgicas ou não, de modo a evitar que o isolamento político criasse condições favoráveis para que se pudesse derrotar o núcleo mais avançado da classe operária brasileira” (Antunes, 1988, p. 95).

Com a derrota das greves, as oposições sindicais se lançaram na construção de uma central sindical. Reunindo cerca de cinco mil delegados, em 1980, formava-se a Conferência das Classes Trabalhadoras,

mas a disputa de hegemonia dos “autênticos” e dos pelegos (incluindo os stalinistas) impôs a esse processo um curso meramente organizativo, de preparação da criação de uma nova central sindical. As dissidências entre esses sindicalistas, por fora das necessidades da luta de classes, levou ao adiamento do próximo Conclat para 1983 (quando se funda a CUT), encerrando o processo proletário que ameaçou a ditadura e facilitando o desenvolvimento da política burguesa (Lisboa, 2008, p. 93).

Lula: retrato de corpo inteiro

O que poderíamos dizer do principal dirigente metalúrgico de então? Lula, em seus primeiros passos como partícipe da estrutura sindical, foi indicado para inserir no sindicalismo brasileiro as perspectivas do pluralismo sindical de molde norte-americano. Haveria que formá-lo consoante os nódulos ideológicos da central sindical norte-americana. Os membros da autocracia, de sua parte, também sonhavam em cooptá-lo. Recorde-se que, antes da reemergência das greves operárias em maio de 1978, “já em 16 de fevereiro o jovem líder sindicalista, Luiz Inácio (Lula) da Silva, atendendo a convite do senador Petrônio Portella, comparecera em Brasília para uma conversa sobre as pretendidas reformas institucionais do regime”. Ao sair do encontro Lula foi enfático: “A participação dos trabalhadores na política nacional é um movimento irreversível. Quem viver, verá!” (Pedreira Filho, 1997, pp. 112-3).

Se acertada era a visão das lideranças sindicais segundo a qual as agremiações políticas de esquerda estavam distanciadas das massas, a necessidade de uma ferramenta política era vital para os trabalhadores fazerem valer as suas reivindicações e mudarem o regime político e, numa movimentação de massa, romper a lógica perversa da plataforma econômica assentada na superexploração da força de trabalho; de outra parte, este historicamente novo se apresentava como “um novo com traços problemáticos”. Haja vista que a “nova esquerda”, ao se diferenciar do stalinismo e da rejeição dos caminhos da “burocracia soviética”, acabou por soterrar a necessidade do pensamento crítico-revolucionário e o tólos da emancipação humana,

renunciando, com isso, ao combate pela “independência ideológica” e à perspectiva alternativa de uma equação econômica que, unificando os vários setores do trabalho, pudesse emplacar uma transição parametrada pela lógica onímota do trabalho. Sem isto, brotou e se reproduziu um arsenal de “mitos ideológicos”.

Certamente, Lula foi um produto da nova classe operária que se formou com a instauração das montadoras automotivas do ABC paulista, região em que se concentravam milhares de operários e operárias. Mesmo nos limites da consciência *tradeunionista* o líder sindical Lula foi remodelando sua consciência política: “Veja, em determinado momento eu acreditei nas belas palavras do Vidigal, do Villares, do Bardella, do Ermírio de Moraes, de que realmente estavam dispostos a democratizar este país, (...) uma abertura suficiente para permitir uma negociação entre empregados e empregadores, que era o que eles falavam. Quem não se lembra dos famosos documentos dos empresários?” (Rago Filho, 1982, p. 15).

A greve, em sua própria efetivação, por se objetivar concretamente, constituía-se numa vitória política. Claro está que não significava que suas lideranças conduziram de forma revolucionária o movimento. Muito ao contrário. Carecia, naquele momento, de uma consciência que propugnasse uma unificação de todos os contingentes econômicos numa plataforma de transição. O Partido Comunista Brasileiro (PCB) – cujas lideranças, vindas do exílio, mancomunadas com as propostas eurocomunistas, ganhando visibilidade com a anistia limitada de 1979, concedida pelo autocrata João Figueiredo – imediatamente se colocaram contra as greves operárias. Seu intento, de “não aguçar as tensões”, mesmo intento delfiniano³, alcançou a derrisória proposta de “Constituinte com João”⁴.

Com o Sindicato sob intervenção, a formação do Fundo de Greve, que se tornou verdadeiro núcleo aglutinador da classe operária, as assembléias multitudinárias se realizavam no Estádio de futebol da Vila Euclides, tornando as questões sindicais lutas públicas. Mesmo quando um helicóptero do então ministro do Trabalho, em verdade, um banqueiro, conduziu-o à sua fazenda, tentando cooptar o principal dirigente sindical do movimento metalúrgico. No dia 7 de setembro de 1979, o banqueiro Murilo Macedo, em seu sítio de Atibaia, tentou impor com as palavras o que Lula deveria fazer: “Lula, você vai implodir esse país. Manera o discurso”. Lula relembrou as pressões que recebia dos patrões, dos ministros e da ditadura Figueiredo:

Nós passamos 45 dias preparando os trabalhadores para uma guerra, não foi nem para uma greve, nunca se foi tanto à porta de fábrica como naqueles dias, nunca se distribuiu tanto

3 Antônio Delfim Netto, o “czar da economia” da ditadura medicista, chegou a propugnar uma suspensão das greves e um acordo do tipo do “Pacto de Moncloa de 1977”, da Espanha, para se contrapor ao ressurgimento das greves operárias. Estratégia incorporada pelos comunistas pecebistas.

4 Trata-se do general João Baptista Figueiredo, que foi chefe do SNI e último dos gestores da autocracia burguesa bonapartista. Exerceu a função de presidente da República no período 1979-1985.

material. Os dias foram passando e nada de negociação. Os patrões começaram a oferecer 58%, 59% e 60%. Nós não queríamos aceitar o acordo. Quando estávamos nos dias finais do prazo, o Murilo Macedo enviou até um helicóptero para que eu fosse no sítio lá em Atibaia, colocando que o acordo estava fechado em 60%, aprovado pelo Simonsen e pelo Figueiredo (Rago Filho, 1982, p. 21).

Com o isolamento dos metalúrgicos, a possibilidade de essa vasta movimentação de massas ser derrotada era, de certa forma, algo que estava posto no horizonte. A estratégia da ditadura era a de conter a disseminação das greves, a ampliação e articulação do movimento operário; a referência que já estava posta dos índices salariais se transformaria em metro para o movimento social, daí a necessidade da ampliação do movimento grevista, de não deixar o ABC ficar isolado. Como o principal líder operário reagia ante isso?

Não há como fazer isso. Veja, nós fomos a Campinas, Santa Bárbara do Oeste, Sorocaba, Taubaté, Santo André e São Caetano. Acontece que, quando não se quer fazer greve, não há greve. No ano passado, já estávamos em greve e eu fui a uma reunião em Belo Horizonte, onde estavam vários dirigentes sindicais de todo o Brasil. O pessoal foi bem honesto comigo, dizendo que sabiam que a única forma de eles nos ajudarem era entrarem em greve, e isso não seria possível. Por exemplo, se a categoria de João Monlevade [Minas Gerais], que é bem organizada, tinha acabado de sair da campanha salarial, como é que eles podiam fazer outra greve junto com a gente? A troca de quê? Era besteira pensar nisso (Rago Filho, 1982, p. 28).

A questão da unidade sindical era clara para ele.

O que temos é uma divergência de visão de unidade. De um lado, nós temos que ser honestos: o PCB tem como orientação política para o movimento sindical a concepção de que o sindicato deve ser uma correia de transmissão do Partido. E é assim nos países comunistas. Então, a diferença que existe é que, através dessa orientação, os militantes sindicais ligados ao PCB querem que a unidade se dê através de um acerto entre a cúpula sindical. O que eu e outros companheiros defendemos é que só poderá existir unidade sindical se tivermos sensibilidade para tirar uma fórmula de luta conjunta, não de documentos, mas uma proposta de luta que seja assumida por todos os sindicatos (Rago Filho, 1982, p. 41).

Naquele momento histórico de ascenso das lutas operárias era mais do que evidente, necessária, a criação de uma central única dos trabalhadores. Todavia, Lula não tinha consciência da necessidade da união dos trabalhadores coordenados por uma central sindical.

A única coisa que não aceito é imposição, no sentido de dizer que tem que ser uma central única. Porque, veja, se a gente propõe discutir liberdade e autonomia sindical, então não se pode impor uma única central, apesar de ter consciência de que essa central sindical será única na medida em que for representativa. Num sindicato combativo nunca haverá possibilidade de, num processo de discussão de liberdade sindical, existir um sindicato paralelo. Mas um sindicato que não represente os trabalhadores correrá que risco, isso é bom ou ruim? (Rago Filho, 1982, p. 43).

A resistência de Lula era o temor de criação de uma central sindical comunista ou fascista. Daí sua visão plural da unidade dos trabalhadores. Porquanto,

de repente reivindicamos liberdade e autonomia sindical e criticamos a atual estrutura sindical como um todo, que o fascismo trouxe para nós. De um lado, nós temos o regime fascista, propondo o sindicalismo único e, de outro, determinados países socialistas também. Acontece que todas essas contradições criam dificuldades para que possamos discutir a questão da liberdade e autonomia sindical em toda a sua amplitude, que poderá até significar o pluralismo sindical (Rago Filho, 1982, pp. 45-6).

O Partido dos Trabalhadores, como necessidade, foi projetado pela Convergência Socialista (atual PSTU) e anunciado no Congresso dos Metalúrgicos em Lins, no ano de 1979. No bojo das greves, os sindicalistas e membros das CEBs também lançaram a ideia de construir um novo dispositivo político. Isto era possível porque, no ano de 1979, o desfazimento do bipartidarismo da autocracia burguesa abriu a possibilidade da criação de novos partidos. Da parte dos intelectuais adeptos da *Ana-lítica Paulista*, estava em marcha a construção de um Partido Socialista. É este grupo de intelectuais, alguns ligados ao Cebrap de Fernando Henrique Cardoso, como Paul Singer e Francisco de Oliveira, que comporá a nova agremiação. Desde o início, os sindicalistas não desejavam que o PT incorporasse um programa revolucionário, de superação do capital. “Então, a que se propõe o PT?”, perguntava o criador e comandante do PT.

Por que muita gente questiona o PT por não ter uma definição socialista muito objetiva? Porque para mim não está claro ainda, e mesmo no nível da experiência de outros países, qual o tipo de socialismo perfeito que atende aos nossos interesses. Eu não ousaria dizer que seria o cubano, o polonês, o soviético, o chinês ou albanês. Eu tenderia a dizer que o PT se propõe a reunir a classe trabalhadora para ela decidir que tipo de socialismo ela quer. E, quando digo que *o PT é a vanguarda*, é porque nenhum conseguiu fazer o que o PT fez: filiou mais de 200 mil no Brasil (Rago Filho, 1982, p. 49, grifos nossos)⁵.

E quanto à propriedade privada dos meios de produção? O líder sindical não se avexava em dizer que desejava “propriedade privada para todos”.

Que todos tenham direito à propriedade privada. Hoje, o cara tem uma fazenda onde ele não deixa ninguém entrar. Com que direito ele tem essa propriedade privada? Por que todo o mundo que mora com ele não é dono daquela propriedade? (...) Eu acho que ela [a Volkswagen] tem de ser uma fábrica onde os trabalhadores não só sejam responsáveis pela produção da empresa, como também usufruam o resultado de sua produção (Rago Filho, 1982, p. 52).

5 Lula sempre afirmou não possuir ideologia, não se filiar nem à social-democracia nem ao socialismo... “Na verdade, eu nem sei o que eu sou ideologicamente” (Rago Filho, 1982, p. 52).

Nesse momento, a CUT foi formada por mais de cinco mil trabalhadores e trabalhadoras (as metalúrgicas haviam realizado em 1980 o primeiro Congresso das Metalúrgicas em São Bernardo do Campo), nos dias 26, 27 e 28 de agosto de 1983, “abrindo caminho para modificar completamente as relações viciadas que imperavam no movimento operário que é o peleguismo e toda a estrutura sindical de um atrelamento ao estado existente no país” (Pimenta, 2009, p. 12).

O ardil do politicismo

A reflexão contemporânea sobre a politicidade, o entendimento político e as formas de poder têm sido frequentemente uma visitação ao *aperfeiçoamento* destas formas, visando a corrigir seus defeitos e, com isso, alcançar sua perfectibilidade, desconhecendo, assim, a razão das *taras sociais*: o sociometabolismo do capital⁶. Há que reconhecer, no entanto, que, “por natureza, a política sendo a administração do domínio de uns sobre outros, jamais pode ser a sagração da santidade”. A política, em seu traço essencial, é intrínseca à forma de sociabilidade do capital, sendo “uma ilusão castradora assentar sobre ela a esperança de que as questões humano-societárias possam por seu meio ser efetivamente resolvidas”. A política emerge em sua dimensão histórica como *força social pervertida e usurpada*. Dada sua negatividade na esfera social, a politicidade se assenta numa “sociabilidade imperfeita, substância ainda não realizada enquanto tal, ou seja, ainda incapaz de autonomia como complexo estruturado, conduz à política, ou seja, a política como autodeterminação na forma da alienação” (Chasin, 1995, p. 368)⁷.

O *ardil do politicismo* surge, portanto, como arma vital para a reprodução do autocratismo-burguês, forma recorrente do seu ser social limitado e atrofiado. Mecanismo que lhe permite cortar os horizontes e perspectivas de vasto contingente da classe trabalhadora da cidade e do campo, manipulando as consciências oposicionistas, que atrai para o seu próprio campo o desenlace da transição pelo alto, ganhando a chancela para a vitória de sua propositura, deixando intocada a forma particular da acumulação subordinada e desarmando uma alternativa da perspectiva do trabalho.

6 Ao contrário da posição *politicista* que supõe a política com vida própria, a posição ontológica de extração marxiana “reconhece e sustenta a unidade indissolúvel da esfera socioeconômica, ou seja, a efetividade da produção material como atividade vital dos indivíduos sociais, ou seja, a inseparável interatividade dos produtores, a determinação recíproca entre homem, atividade e sociabilidade; o agente, sua capacidade ou predicado e o exercício real deste são formas e modos da atualização social” (Chasin, 1999, p. 18).

7 Há que atentar para isto, pois, alguns intelectuais sempre se dispõem a completar esta “lacuna de Marx”: a ausência de reflexão sobre as formas do poder operário. Mas tal ausência não constitui uma “lacuna”. A posição marxiana, desvendando pela raiz a esfera da politicidade, esclarece sua origem e expõe sua natureza *ontonegativa*, “precisamente, porque exclui o atributo da política da essência do *ser social*, só admitindo como extrínseco e contingente ao mesmo, isto é, na condição de historicamente circunstancial; numa expressão mais enfática, enquanto predicado típico do ser social, apenas e justamente, na particularidade do longo percurso de sua pré-história” (Chasin, 1995, p. 368).

Uma das características da *Análítica Paulista*, que reúne as teorias da dependência, do populismo, da marginalidade e do autoritarismo (Fernando H. Cardoso, Francisco Weffort, José Álvaro Moisés e outros), timbrada pelo viés liberal-democrático, o politicismo e a defesa da “democracia como valor universal”, reside na arte de priorizar a esfera da política seccionando-a da econômica, anulando o primado ontológico do complexo da produção e reprodução da existência material, a centralidade da atividade prática sensível no âmbito do ser social, confundindo-a como fator que permite operacionalizar os lances políticos separados e autonomizados do âmbito do metabolismo social do capital. A posição politicista, que separa arbitrariamente o social do econômico, acaba por dissociar “o agente ativo e sensível (o social) da própria atividade sensível (o econômico), o sujeito de seu próprio predicado, e só os religa pela mediação, tornada decisiva, da atividade extra-sensível (a política)” (Chasin, 1999, p. 18)⁸.

Em suma, desde meados de 1973 as frações da classe dominante começaram a reclamar dos ônus que adviriam com o esgotamento e agonia do “milagre econômico”. Da mesma forma que, em seus pronunciamentos de 1982, os empresários reclamavam que uma *recessão sem destino* conduziria inevitavelmente o país a uma situação incontrollável, em que *a própria existência da empresa privada nacional estaria ameaçada*. Os bons lucros poderiam até não ser os mesmos, mas agora a perspectiva era a de *perdas crescentes*. Após tantos anos favorecidos pela tutela militar, apoiando a “ditadura da espada sobre a sociedade civil”, os empresários, não mais satisfeitos com as soluções do bonapartismo, passaram a clamar por maior participação nas decisões políticas.

Com a *autorreforma* encaminhada, uma vez anulada a resistência armada, no campo da social-democracia se buscava estabelecer uma concepção de democracia como valor universal, independente das classes sociais, em que o *dissenso* fosse reconhecido, juntamente com os interesses partidários, e o parlamento aparecesse como o espaço no qual as razões individuais buscariam o *consenso* na forma da lei, no andamento de acordo com as regras do jogo.

A própria campanha pelas *Diretas Já!* – que buscava escapar da transição tutelada – acabou por se limitar à luta pelas franquias formais, não injetando nenhum conteúdo programático da perspectiva da classe operária nela. Com a vitória de Collor de Mello nas eleições diretas à Presidência da República de 1989 (a última se dera em outubro de 1960, com a vitória de Jânio Quadros),

a internacionalização econômica subordinada do país estará definitivamente imposta, de modo que todo seu perfil estrutural será basicamente outro (...). A presente sucessão presidencial, celebrada eleitoralmente depois de 30 anos, pode estar gerando o encerramento de um patamar

⁸ Há que recordar que essa crítica está centrada nas formulações politicistas de Fernando Henrique Cardoso. Cf. Chasin (1999, p. 18).

histórico. Se assim for, ter-se-á perdido a última oportunidade de um quadro de realidade e de seu potencial de lutas. Os novos e futuros serão muito distintos, para os quais as armas atuais já não terão nenhuma serventia, e não só porque hão de ter mostrado que não prestam. É sempre uma lástima, humanamente penosa, perder oportunidades históricas. Mas do que tem sido feita a crônica da esquerda no Brasil? Ou é mais justo perguntar no mundo? Quando a esquerda não rasga horizontes, nem infunde esperanças, a direita ocupa o espaço e draga as perspectivas: é então que a barbárie se transforma em tragédia cotidiana (Chasin, 2000, p. 287).

Dessa maneira, consumava-se o processo da *autorreforma* da autocracia burguesa, previamente traçada e regidamente seguida no cronograma militar da transição pelo alto. O regime instaurado a partir de 1964, “o crime erigido sob a forma de lei” (N. W. Sodré), não foi abatido por um amplo movimento de massas, articulado num projeto econômico alternativo da perspectiva do trabalho, porém – e esta foi sua grande vitória –, manteve em seus traços gerais a forma particular da organização produtiva subordinada, assentada na superexploração da força de trabalho e induzida de fora. Do golpe de estado de 1964 até a instauração da “Nova República” – com o referendo dos nomes de Tancredo Neves/J. Sarney, pela via indireta, num colégio eleitoral, e a consagração de um aventureiro no poder, em 1989 –, transitou-se de uma *forma bonapartista* para uma *autocracia burguesa institucionalizada*. Reafirmando o velho *ardil do politicismo* no desarme da oposição no enfrentamento da questão nacional, marginando a sua ação na esfera do político, no “aprimoramento das instituições”, consoante ao estratagema do capital atrofico, que impõe limites que não foram ultrapassados, numa rígida linha divisória: a ruptura com a estrutura econômica subordinada aos capitais financeiros internacionais e o trânsito para outra forma de metabolismo social, da perspectiva do trabalho.

Referências bibliográficas

ANTUNES, Ricardo. *A rebeldia do trabalho*. Campinas/São Paulo: Editora da Unicamp/Ensaio, 1988.

BANDEIRA, Moniz. *Estado nacional e política internacional na América Latina*. 2. ed. São Paulo: Ensaio, 1995.

CHASIN, J. Marx: estatuto ontológico e resolução metodológica. São Paulo: Ensaio, 1995.

_____. Ad Hominem: rota e prospectiva de um projeto marxista. Revista Ensaio Ad Hominem n. 1, t. I: marxismo. São Paulo: Estudos e Edições Ad Hominem, 1999.

_____. “A sucessão na crise e a crise na esquerda”. In: *A miséria brasileira. 1964-1994: do golpe militar à crise social*. Santo André: Estudos e Edições Ad Hominem, 2000.

_____. “As máquinas param, germina a democracia!”. In: *A miséria brasileira. 1964-1994: do golpe militar à crise social*. Santo André: Estudos e Edições Ad Hominem, 2000a.

_____. “A sucessão na crise e a crise na esquerda”. In: *A miséria brasileira. 1964-1994: do golpe militar à crise social*. Santo André: Estudos e Edições Ad Hominem, 2000b.

- D'ARAÚJO, Celina; CASTRO, Celso. *Ernesto Geisel*. Rio de Janeiro: FGV, 1997.
- FERREIRA, Oliveira S. Revisitando a *Geopolítica do Brasil*. Caderno Cultura n. 158. *O Estado de S. Paulo*, 15 jul. 1981.
- FICO, Carlos. *Como eles agiam*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- GASPARI, Elío. *A ditadura emvergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- LISBOA, Val *et. al.* *A classe operária na luta contra a ditadura (1964-1980)*. São Paulo: Cadernos Estratégia Internacional Brasil, 2008.
- PASSARINHO, Jarbas. *Um intelectual híbrido*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1996.
- PEDREIRA FILHO, Valdemar S. *Comissões de Fábrica: um claro enigma*. Natal/São Paulo: Cooperativa Cultural da UFRN/Entrelinhas, 1997.
- PIMENTA, Ruy (Ed.). História do movimento operário brasileiro: a formação da Central Única dos Trabalhadores. *Jornal da Causa Operária* n° 537. São Paulo, 7 jun. 2009.
- RAGO FILHO, Antonio *et al.* Lula: retrato de corpo inteiro. Entrevista com Luiz Inácio Lula da Silva. *Nova Escrita/Ensaio n. 9*. 2. ed. São Paulo: Escrita, 1982.
- REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.